

# Decisão do FMI agrada Fazenda

A decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de colocar recursos à disposição dos países do Terceiro Mundo para que estes possam reduzir o pagamento de suas dívidas externas, anunciada ontem pelo subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, foi recebida no Ministério da Fazenda como mais um passo significativo no sentido da efetivação de programas para a redução da dívida.

"A decisão do FMI significa, na oratória, a aceitação das linhas básicas do Plano Brady", comentou um importante assessor do ministro Mailson da Nóbrega. Para ele, ainda é cedo para se ter uma avaliação correta sobre o alcance dessa medida, mesmo porque o FMI é apenas uma das fontes de recursos necessários ao programa de redução da dívida.

Esse assessor não quis comentar a decisão do FMI de limitar a liberação de

recursos a percentuais das cotas de participação de cada país membro, preferindo aguardar o pronunciamento de outros organismos multilaterais — notadamente o Banco Mundial, que deverá se reunir na próxima terça-feira para tratar do mesmo assunto.

## REDUÇÃO

Os procedimentos definidos pelo FMI com relação ao Plano Brady, na realidade apenas reforçam a tese defendida no documento elaborado recentemente pelo Grupo dos Oito e segundo a qual os organismos multilaterais têm um papel crucial nas novas iniciativas, visto que são catalisadores do processo de redução da dívida e fornecedores de recursos financeiros adicionais.

Segundo o documento do Grupo dos Oito, elaborado recentemente em Brasília, a participação efetiva dos organismos multilaterais

nos exercícios de redução da dívida requer maior disponibilidade de recursos, bem como flexibilidade nos critérios de seleção dos eventuais tomadores de empréstimos e na definição de condicionalidades.

Em relação aos recursos necessários para uma efetiva redução da dívida, o Grupo dos Oito defende, no caso do FMI, a aprovação da nona revisão geral de cotas, bem como a distribuição de pelo menos 30 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES). Já o Banco Mundial deveria, segundo o documento de Brasília, fortalecer a sua base de recursos através de um aumento especial de capital.

Ainda com relação ao Banco Mundial, o Grupo dos Oito sugere que o fortalecimento de sua base de recursos deve considerar a modificação da atual relação empréstimo/capital (Gearing ratio).